



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

80  
94

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA N. 0004456-57.2014.8.17.0000 (0334072-7)

AGRAVANTE: V.A.R.

ADVOGADO: ALESSANDRO LUÍS COUTO RODRIGUES

AGRAVADO: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO.

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. APROVAÇÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. BUSCA DE CERTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO PELO ENEM (EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO). INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. O ingresso em curso de graduação em instituição de ensino superior está condicionado à regular conclusão do ensino médio, conforme se depreende do disposto no art. 44, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).
2. "Ao lado da Constituição Federal deve-se buscar o fundamento de aplicação e exigibilidade do direito à educação nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios. Também são diplomas de referência em matéria de direito à educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996" (Antonio Jorge Pereira Júnior. In: Comentários à Constituição Federal de 1988, org. Paulo Bonavides, Jorge Miranda e Walber de Moura Agra. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009, p. 2224.)
3. A certificação prevista na Portaria MEC nº. 807/2010 (institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e dá suas diretrizes) é voltada àqueles que, por qualquer razão, não cursaram o ensino médio na idade própria. Assemelha-se, sob essa perspectiva, ao exame supletivo previsto no artigo 38, §1º, inciso II, da LDB, partilhando com ele idêntico critério etário.
4. Inexiste violação do art. 3º, IV, da Constituição Federal, porquanto os requisitos fixados pela Lei e pela regulamentação estão em conformidade com as disposições específicas da educação, previstas no texto da Carta Política.
5. Agravo Regimental desprovido.



81  
OK

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes deste Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

62  
V

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA N. 0004456-57.2014.8.17.0000 (0334072-7)

AGRAVANTE: V.A.R.

ADVOGADO: ALESSANDRO LUÍS COUTO RODRIGUES

AGRAVADO: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO.

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental interposto por VICENTE ALBUQUERQUE RIBEIRO, adolescente com 17 (dezessete) anos, representado pela sua genitora em combate a decisão monocrática que indeferiu o mandado de segurança.

Em sua exordial, aduz o agravante que está regularmente matriculado no 3º ano do ensino médio em estabelecimento particular (Colégio Boa Viagem), e informa que nasceu em 06 de julho de 1996, e que conta com 17 anos incompletos. Alega ter se submetido ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no ano de 2013, obtendo entre 586,1 e 733,6 pontos em todas as disciplinas.

Notícia que, prestou vestibular para o Curso de Engenharia da Computação- Bacharelado na Universidade de Pernambuco-UPE, estando na condição de aprovado com 60,610 pontos, tendo sido convocado para realizar matrícula programada para o dia 11.04.2014, entretanto, teve sua matrícula negada pela referida Universidade, em razão da não apresentação do Certificado de Conclusão de Ensino Médio ou do antigo 2º grau.

Aduz que a Portaria MEC 807/2010 possibilita a utilização do resultado do ENEM para obtenção de certificado de conclusão de ensino médio, mesmo para aqueles que ainda não o concluíram. Alega que, de acordo com o artigo 38, I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a idade mínima de 18 anos é condição para submissão do aluno ao exame final de curso supletivo, entretanto, esses preceitos devem ser interpretados em harmonia com a Constituição Federal que, em seus artigos 205 e 208, V, assegura o acesso a níveis mais elevados de ensino, de acordo com o mérito de cada um.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Sob tais fundamentos, pugna pela concessão de liminar para que o Secretário Estadual de Educação seja obrigado a emitir o certificado de conclusão do ensino médio com base na aprovação do impetrante no ENEM 2013 e, que o Reitor da Universidade de Pernambuco-UPE reserve a vaga no curso em que obteve a aprovação, Engenharia da Computação-Bacharelado, e, no mérito, pela confirmação do provimento liminar.

Às fls. 54/60, foi proferida decisão por essa relatoria, indeferindo o Mandado de Segurança, em razão da ausência de direito líquido e certo.

Irresignado, o recorrente interpôs o presente agravo regimental, reiterando os termos de sua exordial, e pugnando pela reforma da decisão atacada.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara de Direito Público.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

33  
OK



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

84

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA N. 0004456-57.2014.8.17.0000 (0334072-7)

AGRAVANTE: V.A.R.

ADVOGADO: ALESSANDRO LUÍS COUTO RODRIGUES

AGRAVADO: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO.

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

Ante aos exatos argumentos suscitados no recurso voluntário anteriormente interposto, novamente socorro-me dos fundamentos encampados na decisão monocrática ora vergastada.

A pretensão do impetrante não pode ser deduzida na via mandamental, posto não estar calcada em direito líquido e certo. Explico.

É correto afirmar que o artigo 208, inciso V, da Constituição Federal, o artigo 54, inciso V, do ECA e o artigo 4º, inciso V, da LDB asseguram o direito ao acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, em claro desdobramento do princípio isonômico. Tal progressão, no entanto, deve se dar pelos meios dispostos na LDB e regulamentados pelos atos normativos infralegais editados pelo Ministério da Educação (MEC).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a duração mínima de três anos para o ensino médio. A progressão do estudante rumo à conclusão da etapa final do ensino básico dá-se, em regra, por meio de promoção, série a série, avaliado o rendimento escolar (art. 24).

Contudo, para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, a LDB previu modalidade específica de ensino, qual seja, a educação de jovens e adultos (EJA), disciplinada nos artigos 37 e 38. Dentre os instrumentos de equalização postos à disposição dos educandos jovens e adultos, está a possibilidade de



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
habilitar-se para o prosseguimento dos estudos por meio de cursos e exames supletivos, conforme previsto no artigo 38 da LDB:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

A par dos exames supletivos promovidos regularmente pelos sistemas estaduais de ensino, a certificação no nível de conclusão do ensino médio pode ser obtida por meio de aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que passou a substituir o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) a partir de 2009, ano em que foi editada a Portaria MEC nº. 462, que modificou a Portaria MEC nº. 438/1998 para agregar tal função ao ENEM.

Atualmente, a certificação de conclusão do ensino médio com base em aprovação no ENEM é disciplinada pela Portaria nº. 807, de 18 de junho de 2010, e pela Portaria Normativa nº. 10, de 23 de maio de 2012, ambas do Ministro de Estado da Educação. Ademais, com o objetivo de regulamentar as normas expedidas pelo Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) editou a Portaria nº. 144, de 24 de maio de 2012.

A Portaria MEC nº. 807/2010, ao instituir o Exame Nacional do Ensino Médio, dispôs sobre a matéria em seus artigos 2º, inciso II, e 5º, *caput*, nos seguintes termos:

Art. 2º Os resultados do ENEM possibilitam:  
(...)

II - a certificação no nível de conclusão do ensino médio, pelo sistema estadual e federal de ensino, de acordo com a legislação vigente;  
(...)

Art. 5º A participação no ENEM é voluntária, destinada aos concluintes ou egressos do ensino médio e àqueles que não tenham concluído o Ensino Médio, mas tenham no mínimo dezoito anos complementos na data da primeira prova de cada edição do Exame.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

De pronto, vê-se que a certificação prevista na Portaria MEC nº. 807/2010 é voltada àqueles que, por qualquer razão, não cursaram o ensino médio na idade própria. Assemelha-se, sob essa perspectiva, ao exame supletivo previsto no artigo 38, §1º, inciso II, da LDB, partilhando com ele idêntico critério etário.

O caráter supletivo do instrumento de certificação em questão é evidenciado, ainda, pelo disposto no artigo 1º da Portaria Normativa MEC nº. 10/2012, *in verbis*:

Art. 1º A certificação de conclusão do ensino médio ou declaração de proficiência destina-se aos maiores de 18 anos que não concluíram o Ensino Médio em idade apropriada, inclusive às pessoas privadas de liberdade e que estão fora do sistema escolar regular.

Vale ressaltar que idêntica previsão já se encontrava nos artigos 1º, inciso I, e 4º da Portaria Normativa MEC nº. 16/2011, revogada pela Portaria Normativa MEC nº. 10/2012 e erroneamente invocada pelo impetrante para fundamentar a sua pretensão.

O INEP, por fim, editou a Portaria nº. 144/2012, com o objetivo de regulamentar as normas expedidas pelo Ministério da Educação. Nela, a exigência etária foi repetida (arts. 1º e 2º, *caput*), ao lado de outros critérios cumulativos, relacionados com o desempenho do participante nas provas do ENEM (art. 2º, incisos I e II).

De todo o exposto, exsurge clara a natureza supletiva da certificação de conclusão do ensino médio com base no ENEM. Trata-se, a rigor, de alternativa aos tradicionais exames supletivos aplicados pelos sistemas estaduais de ensino, adotando os mesmos critérios - inclusive o etário - e destinando-se à mesma finalidade, qual seja, a promoção da inclusão educacional daqueles que não concluíram o ensino médio em idade apropriada.

Nessa contextura, vê-se que a pretensão do impetrante não está em consonância com a legislação de regência. A certificação de conclusão do ensino médio com base em aprovação no ENEM, assim como ocorre com os supletivos, é medida que se presta à inclusão de quem não teve a oportunidade de concluir tal fase na idade adequada, não se prestando à queima de etapas do processo educacional por quem se encontra em idade escolar.

A Corte Especial deste Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido apontado, em sessão realizada no dia 10/06/2013, ao apreciar o Incidente de

86  
w



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Uniformização de Jurisprudência nº. 0267047-3/03. Na oportunidade, foi aprovada em votação unânime a edição de enunciado sumular assim transcrito no termo de julgamento:

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a inscrição de aluno em exame supletivo de 2º grau somente é permitida na seguinte hipótese: a) ser ele maior de 18 anos e, cumulativamente, b) não ter tido acesso aos estudos ou à continuidade destes, no ensino médio, na idade própria, de sorte que é frontalmente contrária à legislação de regência a outorga de provimento judicial autorizando o ingresso de menores de 18 anos em curso dessa natureza.

*A ratio decidendi*, no caso sob exame, é a mesma adotada no precedente jurisprudencial acima citado, uma vez que a pretendida forma de certificação cumpre idêntica função no contexto das diretrizes e bases da educação nacional.

Vale registrar, por fim, que o entendimento aqui adotado está em perfeita consonância com o que vem decidindo o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme aresto abaixo colacionado:

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO EDUCACIONAL. BUSCA DE CERTIFICAÇÃO PELO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. ALUNO REPROVADO NO SISTEMA REGULAR. INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Cuida-se de writ impetrado contra a negativa no fornecimento de certificação de conclusão do ensino médio para discente do sistema regular de ensino, o qual fora reprovado no último ano, porém aprovado no ENEM.

2. "Ao lado da Constituição Federal deve-se buscar o fundamento de aplicação e exigibilidade do direito à educação nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios. Também são diplomas de referência em matéria de direito à educação: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), Lei Federal nº 9.3.94/96, de 20 de dezembro de 1996" (Antonio Jorge Pereira Júnior. In: Comentários à Constituição Federal de 1988, org. Paulo Bonavides, Jorge Miranda e Walber de Moura Agra. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009, p. 2224.)

3. Não há violação de qualquer direito líquido e certo, já que a certificação prevista no art. 38, caput, da Lei n. 9.394/96 é voltada aos alunos do supletivo, ou seja, "àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria", o que não o caso do impetrante.

4. Inexiste violação do art. 3º, IV, da Constituição Federal na referida negativa administrativa, porquanto os requisitos fixados pela Lei e pela





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
regulamentação estão em conformidade com as disposições específicas  
da educação, previstas no texto da Carta Política.  
Recurso ordinário improvido. (RMS 36545/MS, Rel. Ministro HUMBERTO  
MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 07/03/2012)

Ante as razões expostas, calcadas nas normas de regência da matéria e na interpretação a elas conferida pela jurisprudência deste Tribunal de Justiça e do STJ, entendo ausente, na espécie, o direito líquido e certo amparável pela via mandamental. Por conseguinte, resta inviável o pleito de reserva da vaga no Curso em que obteve aprovação.

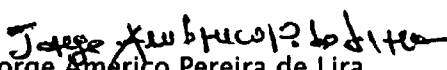
Em tal hipótese, autoriza o artigo 10 da Lei Federal nº. 12.016, de 7 de agosto de 2009 - Lei do Mandado de Segurança (LMS) - que o relator indefira motivadamente a petição inicial do *writ*. A possibilidade de indeferimento liminar da petição inicial do mandado de segurança pelo relator do feito também é admitida pela jurisprudência desta Corte, nos termos do seu enunciado sumular nº. 37:

Súmula 037. Em mandado de segurança, ausentes os requisitos de liquidez e certeza do direito alegado, deve ser indeferida a petição inicial.

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo regimental, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

  
Des. Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator